

Economia social: uma visão com futuro

Reconhecendo a importância que uma formação estruturada representa para as organizações, dirigentes, membros e profissionais da economia social, o Instituto Politécnico do Porto (IPP) já vai na sua 2ª Pós-Graduação Internacional, incidindo na vertente do Empreendedorismo Social. Para assinalar o momento e a visível afirmação do movimento cooperativo em Portugal, foi organizado em conjunto entre a UniNorte e o IPP [com base no acordo de parceria] um Seminário Temático "Cooperativismo em Portugal". A sessão foi ministrada por Fernando Martinho, Licenciado em Gestão de Cooperativas, no passado dia 22 de Maio, no Porto Design Factory do IPP. A Revista Dependências marcou presença no evento e entrevistou Fernando Martinho.



Em que consiste, em concreto, esta 2ª Pós-Graduação Internacional em Empreendedorismo Social?

Fernando Martinho (FM) – Vive-se, nesta fase, a nível nacional, bem como no seio da União Europeia (UE) e a nível mundial, uma grande compreensão da importância e dimensão da economia social e das várias tipologias das organizações da economia social nas sociedades, de que é reflexo a existência de programas especializados na UE – União Europeia ou nas Nações Unidas, no âmbito das estratégias especiais, que consagram o desenvolvimento pelas parcerias. Este ano é dedicado ao desenvolvimento pela UE, e pela ONU com destaque expresso em áreas como a saúde, as tecnologias, as energias renováveis e a educação, que patenteiam a importância das organizações sem fins lucrativos. Isso levará também a uma reflexão a nível internacional – teremos em Portugal, em Lisboa, de 15 a 18 de Julho, a V Conferência Internacional do CIRIEC sobre os Contributos da Economia Social. O CIRIEC Internacional é um grupo de investigação e reflexão à escala mundial sobre as questões da economia pública e da economia social. Esta 2ª Pós-Graduação significa que, concretamen-

te o IPP, como outras instituições de ensino portuguesas, europeias e mundiais, está preocupado em oferecer uma formação qualificada e reconhece que escasseia formação estruturada para as organizações da economia social. Em Portugal, já existem várias entidades de ensino superior que desenvolvem pós-graduações e o IPP já leva esta segunda edição de formação orientada para o empreendedorismo social.

Que objectivos estão associados à realização deste seminário temático sobre o cooperativismo em Portugal?

FM – Já tínhamos realizado um seminário semelhante no ano passado, no âmbito da anterior pós-graduação e, este ano, procurei organizar o evento para dar uma visão global do movimento cooperativo em Portugal. Foi minha intenção transmitir que o cooperativismo em Portugal é parte de um processo de internacionalização, até porque todo o movimento cooperativo formalmente organizado começa exactamente numa dimensão internacional iniciada em 1844 em Manchester, com a cooperativa denominada então como Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundadores dos cinco princípios universais do movimento cooperativo [Livre Adesão; Autonomia e Independência; Participação Económica dos Membros; Gestão Democrática = 1 Membro 1 Voto; Educação e Formação]. Posteriormente, é estruturada em 1895 a nível mundial a Aliança Cooperativa Internacional, surgindo então experiências em vários países que se reportam a esse modelo e adoptam os cinco princípios cooperativos como bases, ao que viria a ser acrescentado no Congresso da ACI de 1960 o sexto princípio cooperativo da InterCooperação e o sétimo princípio cooperativo no Congresso da ACI de 1995, do Interesse pela Comunidade. Esta evolução do movimento cooperativo, que alguns pretendiam polarizar para o tornar uma muleta do sector privado, resultou na assunção de uma posição própria e de uma forte dimensão cooperativa e social na economia. As cooperativas são a parte da economia social que opera como titular de meios de produção [como se pode ver artigos específicos que consagram o Sector Cooperativo e Social na CRP – Constituição da República Portuguesa] e que pode intervir, de acordo com a Lei do Código Cooperativo português [aprovado por unanimidade na Assembleia da República em 1996], em todas as áreas que não estejam vedadas ao sector privado. Procurámos na sessão fazer a resenha histórica, citar nomes, bibliografia e dados que traduzem essa visão e posição do movimento cooperativo no país em Portugal.

Traduzindo essa afirmação em indicadores quantitativos, que significado assume actualmente o movimento cooperativo e a economia social no país?

FM – Um estudo recentemente realizado pela CASES e pelo INE traduz dados [publicados em 2013 mas reportados a 2010] da

Conta Satélite da Economia Social que, conjugados com uma investigação sobre a dimensão do Trabalho Voluntário [dados reportados a 2011], permite compreender os aspectos do impacto e dimensão social da economia social e os efeitos em relações com outros sectores económicos e com o PIB. Esses indicadores posicionam a economia social como uma parte significativa, importante e estruturante. Apesar de muita gente não se aperceber do fenómeno, as organizações da economia social estão hoje em dia em tudo, nomeadamente no centro das políticas mundiais, procurando estas terem como interlocutores representantes deste conjunto de entidades sem fins lucrativos que se regem pela regra democrática de um membro, um voto.

Em que medida tem as políticas portuguesas favorecido a implementação e desenvolvimento de projectos cooperativos?

FM – Assistimos a uma situação interessante: a legislação que existia [desde 1981] sobre o Código Cooperativo foi revista e aprovada por unanimidade em 1996 e, em 2013, num ambiente de grande turbulência política e social no país, foi aprovada igualmente por unanimidade uma legislação que viabiliza uma visão mais ampla da economia social, a Lei de Bases da Economia Social. Ou seja, conseguimos que os partidos e os deputados compreendessem que a base da economia social, o trabalho a favor das pessoas, o trabalho solidário, não pode ser objecto de luta político partidária, criando-se então um consenso nacional que reflecte, a nível político, esta questão. Depois, a tradução disto em políticas corresponde normalmente a outro exercício... Por exemplo, no Programa 2020, a generalidade da leitura omite a referência ao sector cooperativo e social e da economia social, mas é corrigido pela própria orientação da UE, que tem um programa especial para a promoção de políticas para a economia social que visem soluções de inovação social e emprego e de coesão social. Em Portugal também existe um programa especial [POISE] dedicado ao apoio ao sector da economia social, à sua organização e estruturação e desenvolvimento. Mas as cooperativas, enquanto empresas [geridas democraticamente pelos seus cooperadores] podem candidatar-se a todos os programas operacionais do Portugal 2020. Temos um exemplo que aproveitamos para destacar, dado pelo Governo Regional dos Açores, que teve a visão esclarecida de incluir expressamente as Cooperativas como entidades que podem promover candidaturas a todos os programas regionais do PO dos Açores.

Em que medida poderá o cooperativismo constituir uma solução face aos indícios de falência do modelo capitalista que, na última década, pouco mais gerou do que crises?

FM – Quando, há quase 170 anos, os “Probos Pioneiros” de Rochdale decidiram criar uma Cooperativa, a situação quase se tornou cíclica... O mundo passou por várias convulsões, guerras mundiais e outros graves conflitos e crises mas assistimos também à construção de um espaço de economia social, de organização de cooperativas e desenvolvimento da participação das pessoas na gestão democrática das cooperativas o que é um grande passo para o futuro. Recentemente [em setembro e novembro de 2014], estivemos [como jornalistas da NewsCoop] num grande encontro mundial que reuniu cerca de 3 mil dirigentes cooperativos no Quebec, em que foram veiculadas informações que atestam a impressionante presença e importância que o movimento assume actualmente em diversos sectores, nomeadamente na banca cooperativa e mutualista mundial. Já não estamos como há 170 anos, em que, perante crises semelhantes à actual, estávamos desarmados... Não é por acaso que, perante a crise que Portugal atravessa, de todos os bancos, o que apresenta uma situação mais adequada e conveniente e sustentável é cooperativo... A presidência italiana da UE promoveu em novembro em Roma uma Conferência Europeia para apreciar os Contributos da Economia Social para o crescimento da União Europeia, [em que participamos como convidados para apresentação duma intervenção aceite previamente pela organização] e aprovou medidas no sentido de dar maior importância, reconhecimento e para promover a implementação da economia social na União Europeia, destacando que nesta fase de crise, as cooperativas de solidariedade social [como verdadeiras empresas sociais] e que são um instrumento enorme de coesão social. Nomeadamente em Portugal, todos tendem a reconhecer que a crise não assumiu uma vertente de conflitualidade e frustração tão extensa porque, desde 1997, aquando da aprovação da Lei do Código Cooperativo, o governo de então, criou o modelo das Redes Sociais de Base Local, com intervenções ao nível dos municípios, das freguesias, de colaboração mútua entre as organizações de economia social com as autarquias e os serviços descentralizados de diversos ministérios, sinalização das pessoas carenciadas e promovendo a convergência de meios para ações em favor dos cidadãos mais fragilizados, em espaços de concretização do sétimo princípio cooperativo da solidariedade social, contribuindo assim para um modelo de desenvolvimento local de base comunitária, cooperativa e solidária.

